

---

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

---

**QUESTÃO 01**

---

Sobre a Articulação e Redação das Leis, conforme a Lei Complementar 95/1998, temos, a seguinte recomendação para obtenção de clareza:

- (A) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei.
- (B) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais.
- (C) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto.
- (D) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma.
- (E) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente.

---

**QUESTÃO 02**

---

O Poder Constituinte Originário \_\_\_\_\_ não está sujeito a qualquer forma pré-fixada para manifestação de sua vontade; não está submetido a nenhum procedimento de ordem formal.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- (A) Ilimitado.
- (B) Autônomo.
- (C) Incondicionado.
- (D) Latente.
- (E) Inicial.

---

**QUESTÃO 03**

---

O poder constituinte derivado \_\_\_\_\_ é a modalidade de poder constituinte derivado que tem a capacidade de modificar o texto da Constituição. Para isso, obedece a um procedimento específico estabelecido pelo poder constituinte originário, materializando-se por meio das Emendas Constitucionais.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- (A) Revisor.
- (B) Decorrente.
- (C) Subordinado.
- (D) Permanente.
- (E) Reformador.

---

**QUESTÃO 04**

---

Para os fins da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assinale a alternativa onde conste corretamente o conceito de contrato:

- (A) todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- (B) todo e qualquer ajuste exclusivamente entre entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- (C) todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública Direta, exclusivamente, e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- (D) todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta, exclusivamente, e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- (E) todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo unilateral para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

---

**QUESTÃO 05**

---

Nas palavras da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos abaixo descritos, estando incorreto o da alternativa:

- (A) da legalidade.
- (B) da impessoalidade.
- (C) da publicidade.
- (D) da relativização ao instrumento convocatório.
- (E) do julgamento objetivo.

---

**QUESTÃO 06**

---

O artigo 195 da Constituição Federal destaca que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre algumas contribuições sociais. Dessas, temos a receita de concursos:

- (A) de prognósticos.
- (B) sem vínculo empregatício.
- (C) vinculados a ações de saúde.
- (D) de benefícios e serviços.
- (E) provenientes dos orçamentos da União.

---

**QUESTÃO 07**

---

De acordo com a Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, é dito que quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere a Lei em referência, por prazo determinado, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. Assinale o prazo onde conste corretamente tal prazo:

- (A) até 5 anos.
- (B) até 10 anos.
- (C) 12 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) até 15 anos.

---

**QUESTÃO 08**

---

Sobre o *Habeas Corpus*, julgue os itens, abaixo:

I - é um remédio constitucional utilizado para garantir a liberdade de um indivíduo, quando ele for preso ilegalmente ou sofrer ameaça de prisão, por conta de ato ilegal ou realizado com abuso de poder.

II - Diante da sua importância, pois visa proteger a liberdade das pessoas, o *habeas corpus* está previsto na Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXVIII, que diz: “*LXVIII – conceder-se-á “habeas-corpus” sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*”.

III – O *Habeas Corpus* preventivo busca reprimir uma prisão ilegal, ou seja, é utilizado quando o ato contra a liberdade de um indivíduo já se concretizou.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**QUESTÃO 09**

---

\_\_\_\_\_ a pessoa que ajuíza o habeas corpus em nome de um paciente.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- (A) Autoridade coatora.
- (B) Preponente.
- (C) Detentor.
- (D) Impetrante.
- (E) Coator.

---

**QUESTÃO 10**

---

Pelo inciso LXX do artigo 5º da Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

I - autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II - partido político com representação no Congresso Nacional.

III - organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**QUESTÃO 11**

---

Pelo inciso LXXII do artigo 5º da Constituição Federal conceder-se-á "habeas-data":

I – sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder

II – para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

III – para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**QUESTÃO 12**

---

Com base no artigo 5º da Constituição Federal, considere a alternativa incorreta:

- (A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano.
- (E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

---

**QUESTÃO 13**

---

O inciso XLVII do artigo 5º da Constituição Federal destaca que não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX. A exceção indicada pelo artigo, versa, sobre essa declaração de guerra, da seguinte maneira:

- (A) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- (B) decretar e executar a intervenção federal.
- (C) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (D) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- (E) no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

---

**QUESTÃO 14**

---

Um dos objetivos da Seguridade Social, apontado no inciso VII do artigo 194 da Constituição Federal é o caráter democrático e \_\_\_\_\_ da administração, mediante gestão \_\_\_\_\_, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto:

- (A) descentralizado / tripartite.
- (B) descentralizado / quadripartite.
- (C) hierarquizado / bipartite.
- (D) hierarquizado / quadripartite.
- (E) regionalizado / tripartite.

---

**QUESTÃO 15**

---

O artigo 214 da Constituição Federal discorre que lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a *PROMOÇÃO* (inciso V):

- (A) do atendimento escolar.
- (B) a qualidade do ensino.
- (C) da integração ensino-trabalho.
- (D) humanística, científica e tecnológica do País.
- (E) de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

---

**QUESTÃO 16**

---

O Artigo 215 da Constituição Federal, em seu § 3º destaca que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à *DEMOCRATIZAÇÃO* (inciso IV):

- (A) de datas comemorativas de alta significação.
- (B) da gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.
- (C) do patrimônio cultural brasileiro.
- (D) da diversidade étnica e regional.
- (E) do acesso aos bens de cultura.

---

**QUESTÃO 17**

---

A Redação dada pela Emenda Constitucional 42/2003 incluiu ao artigo 170 da Constituição Federal, que versa sobre os princípios da Ordem Econômica, o seguinte:

- (A) redução das desigualdades regionais e sociais.
- (B) defesa do consumidor.
- (C) ampla concorrência.
- (D) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- (E) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

---

**QUESTÃO 18**

---

O artigo 174 da Constituição Federal aponta que como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de \_\_\_\_\_, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- (A) ordenamento, formação e subsídio.
- (B) planejamento, apoio e credenciamento.
- (C) incentivo, planejamento e ordenamento.
- (D) fiscalização, incentivo e planejamento
- (E) fiscalização, credenciamento e apoio

---

**QUESTÃO 19**

---

Com base no Decreto 6017/2007, o ato pelo qual ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções, denomina-se:

- (A) reserva.
- (B) retirada.
- (C) rateio.
- (D) protocolo.
- (E) regulação.

---

**QUESTÃO 20**

---

O Decreto 6017/2007 define contrato de gestão da seguinte forma:

- (A) ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta.
- (B) pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles.
- (C) instrumento firmado entre a administração pública e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, na forma do art. 51 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
- (D) instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.
- (E) instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

---

**QUESTÃO 21**

---

A qualificação das OSCIP, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham, entre outros, pelo menos uma das seguintes finalidades, abaixo, exceto:

- (A) promoção da segurança alimentar e nutricional.
- (B) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- (C) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.
- (D) experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.
- (E) organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações.

---

**QUESTÃO 22**

---

Apesar da influência aristotélica na formação da ideia, o termo “constituição” tem origem mais sólida no vocábulo latino *constituere*, que significa estabelecer, firmar, organizar e delimitar. Vários constitucionalistas, mesmo assim, ressaltam a dificuldade em compreender um conceito e sentido específicos da expressão “constituição”, sobretudo considerando a multiplicidade de fatores que podem alterá-los. Assim, compreender as constituições em um sentido político, a fim de clarear a possibilidade de um conceito, é tê-la como uma decisão política fundamental, da qual pode ser feita uma norma jurídica ou não. “só é possível um conceito de Constituição quando se distinguem Constituição e Lei Constitucional [...]”. Assim, pelo sentido político, o governante deve respeitar a Constituição, “enquanto leis constitucionais podem ser suspensas durante o estado de exceção, e violadas pelas medidas do estado de exceção [...] Tudo isso não atenta contra a decisão política fundamental [...]”. Considerando as informações, acima, sobre conceito de constituição, qual dos autores listados, nas alternativas, abaixo, é o responsável pela concepção do sentido político das constituições?

- (A) Karl Marx.
- (B) Ferdinand Lassale.
- (C) Carl Schmitt.
- (D) Hans Kelsen.
- (E) Evgne Pachukanis



---

**QUESTÃO 23**

---

Os direitos sociais são um tema complexo dentre juristas e na legislação, bem como um dos mais relevantes em um país de profundas desigualdades e políticas públicas ineficientes em saná-las. Desta maneira, considerando a temática dos direitos sociais, analise as alternativas, abaixo, e assinale aquela que apresentar uma afirmativa incorreta acerca do tema:

- (A) A maior amplitude e especificidade dos direitos sociais será a partir da Constituição Federal de 1988.
- (B) A chamada reserva do possível é um limite à eficácia dos direitos sociais, já tendo sido, largamente, reconhecida pela jurisprudência.
- (C) A proibição ao retrocesso, também conhecida como “efeito cliquet”, a despeito de ser, amplamente, reconhecido, não é expresso na Constituição Federal, sendo mais um princípio de índole política do que jurídica.
- (D) Nas empresas de mais de cento e oitenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de lhes promover o entendimento direto com os empregadores.
- (E) Dentre outros, a CRFB prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

---

**QUESTÃO 24**

---

O parentesco decorrente de adoção, estabelecido entre o adotante e o adotado, estendido a seus parentes é denominado:

- (A) Afim.
- (B) Civil.
- (C) Natural.
- (D) Por afinidade.
- (E) Consanguíneo.

---

**QUESTÃO 25**

---

O artigo 9º do Código Tributário Nacional discorre que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I - instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65.
- II - cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- III - estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

---

**QUESTÃO 26**

---

O Parágrafo único do artigo 6º do Código Tributário Nacional destaca que os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá:

- (A) à destinação legal do produto da sua arrecadação.
- (B) à respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la.
- (C) a decisões administrativas em matéria tributária.
- (D) à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- (E) a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

---

**QUESTÃO 27**

---

O artigo 5º da Lei 9191/2017 aponta que o ato normativo será estruturado em três partes básicas. Dessas partes, a parte preliminar é composta por:

- (A) fundamento de validade; disposições transitórias.
- (B) preâmbulo; disposições transitórias.
- (C) preâmbulo; fundamento de validade.
- (D) ementa; preâmbulo.
- (E) ementa; fundamento de validade.

---

**QUESTÃO 28**

---

O artigo 4º da Lei 9191/2017 discorre que os decretos terão numeração sequencial em continuidade à série iniciada em:

- (A) 1989.
- (B) 1990.
- (C) 1991.
- (D) 1992.
- (E) 1993.

---

**QUESTÃO 29**

---

A Lei 1079/1950 destaca, em seu artigo 7º, que “utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral” é tipificado como crime:

- (A) de responsabilidade contra a existência política da União.
- (B) de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados.
- (C) de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- (D) de responsabilidade contra a probidade na administração.
- (E) contra a segurança interna do país.

---

**QUESTÃO 30**

---

Pelo texto do artigo 6º da Lei 1079/1950 crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados, exceto:

- (A) intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios em conformidade às normas constitucionais.
- (B) opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças.
- (C) violar as imunidades asseguradas aos membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e das Câmaras Municipais.
- (D) usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagi-lo no modo de exercer o seu mandato bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção.
- (E) tentar dissolver o Congresso Nacional, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Câmaras.

---

**QUESTÃO 31**

---

Com base na Lei 1079/1950, artigo 4º, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

- I - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados.
- II - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- III - A improbidade na administração.
- IV - O descumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89).

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

---

**QUESTÃO 32**

---

Pela Lei 12683/2012, ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, incorre em pena de:

- (A) reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, ou multa.
- (B) reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.
- (C) reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.
- (D) reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, ou multa.
- (E) detenção, de 6 (seis) a 12 (doze) meses, e multa.

---

**QUESTÃO 33**

---

O artigo 2º da Lei 10257/2001 discorre que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante algumas diretrizes. Pelo inciso IV, do artigo, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, aplica-se a seguinte diretriz:

- (A) ordenação e controle do uso do solo.
- (B) integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais.
- (C) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
- (D) retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.
- (E) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência.

---

**QUESTÃO 34**

---

Considerando a temática da questão anterior, dessas diretrizes, a garantia do direito a cidades sustentáveis é entendida da seguinte forma:

- (A) participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- (B) direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- (C) cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- (D) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.
- (E) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência.

---

**QUESTÃO 35**

---

Lei 11445/2007 não classifica resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana o seguinte:

- (A) serviços de varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos.
- (B) limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público.
- (C) raspagem e remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos.
- (D) desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos.
- (E) resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos.

---

**QUESTÃO 36**

---

Para os efeitos da Lei 11340/2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da \_\_\_\_\_, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.

II - no âmbito da \_\_\_\_\_, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos itens.

- (A) família / íntima relação.
- (B) íntima relação / unidade doméstica.
- (C) unidade doméstica / família.
- (D) família / unidade doméstica.
- (E) íntima relação / família.

---

**QUESTÃO 37**

---

A Redação dada pela Lei 12796/2013, que altera o inciso II do artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação discorre que a educação infantil será oferecida em pré-escolas, para crianças de:

- (A) 0 a 3 anos de idade.
- (B) 4 a 5 anos de idade.
- (C) 4 a 6 anos de idade.
- (D) 3 a 5 anos de idade.
- (E) 0 a 5 anos de idade.

---

**QUESTÃO 38**

---

O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação discorre que o ensino será ministrado com base em alguns princípios. Desses, o inciso XIV, incluso pela Lei 14191/2021 é:

- (A) garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (B) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- (C) vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (D) respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.
- (E) consideração com a diversidade étnico-racial.

---

**QUESTÃO 39**

---

Em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, por redação dada pela Lei 13427/2017, foi acrescido à Lei 8080/90, o inciso XIV, no artigo 7º, como princípio do Sistema Único de Saúde:

- (A) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.
- (B) revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.
- (C) organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- (D) organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.
- (E) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

---

**QUESTÃO 40**

---

A Lei Orgânica de Saúde 8080/90 aponta que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal. Quais são as diretrizes apontadas no texto constitucional?

- (A) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; ênfase na descentralização dos serviços para os municípios.
- (B) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde; participação da comunidade.
- (C) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- (D) capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário.
- (E) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

---

**QUESTÃO 41**

---

Sobre o Capítulo I do Título III da Lei Orgânica de Saúde 8080/90, que discorre sobre Dos Serviços Privados da Assistência à Saúde, temos no artigo 22 que na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) recomendados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).
- (B) por realização de consulta pública.
- (C) por realização de audiência pública, antes da tomada de decisão.
- (D) de pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) quanto às condições para seu funcionamento.

---

**QUESTÃO 42**

---

O artigo 22 da Lei 12228/2010 discorre que a capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do:

- (A) artigo 215 da Constituição Federal.
- (B) artigo 217 da Constituição Federal.
- (C) artigo 218 da Constituição Federal.
- (D) artigo 220 da Constituição Federal.
- (E) artigo 222 da Constituição Federal.

---

**QUESTÃO 43**

---

Com base no parágrafo único, do artigo 1º da Lei 12228/2010, analise os itens, que seguem:

I – discriminação racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

II – desigualdade racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

Pela análise, temos que:

- (A) há apenas um item correto.
- (B) há apenas dois itens corretos.
- (C) todos os itens estão corretos.
- (D) nenhuns dos itens estão corretos.
- (E) somente o item II é falso.

---

**QUESTÃO 44**

---

De acordo com a Lei 7347/85, em seu artigo 16, a sentença civil fará coisa julgada \_\_\_\_\_, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- (A) *in dubio pro reu.*
- (B) *data venia.*
- (C) *a posteriori.*
- (D) *a priori.*
- (E) *erga omnes.*

---

**QUESTÃO 45**

---

Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), analise os excertos:

I - é um acordo celebrado entre as partes interessadas com o objetivo de proteger direitos de caráter transindividual.

II – trata-se de um título executivo extrajudicial que contém pelo menos uma obrigação de fazer ou de não fazer e a correspondente cominação para o caso de seu descumprimento.

III - a sua natureza é de acordo substitutivo de penalidade, possuindo em regra feição pré-processual e contendo obrigação de caráter líquido e certo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

---

**QUESTÃO 46**

---

Leia:

Art. 291 - Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda.

Com base no Código Penal, o crime apontado acima incorre em pena de:

- (A) reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- (B) detenção, de um a seis meses, e multa.
- (C) detenção, de um a seis meses, ou multa.
- (D) reclusão, de dois a seis anos, ou multa.
- (E) reclusão, de dois a seis anos, e multa.



---

**QUESTÃO 47**

---

Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível é o conceito criminal trazido pelo Decreto-lei nº 2.848/40, em seu artigo 283 para:

- (A) Charlatanismo.
- (B) Curandeirismo.
- (C) Forma desqualificada de prática de saúde.
- (D) Exercício ilegal de práticas farmacêuticas.
- (E) Exercício ilegal da medicina.

---

**QUESTÃO 48**

---

Sobre os incêndios, tratados no artigo 250 do Código Penal, é considerado crime de perigo comum causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem. Com base no § 1º, inciso II, as penas aumentam-se de um terço se o incêndio é:

- (A) culposo.
- (B) por gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.
- (C) em embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo.
- (D) de simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos.
- (E) cometido com sem intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio.

---

**QUESTÃO 49**

---

Considere a alternativa que indique, corretamente, o que discorre o artigo 11 do Código Penal Brasileiro sobre Frações Não Computáveis da Pena:

- (A) A homologação depende da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.
- (B) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- (C) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.
- (D) A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil.
- (E) As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

---

**QUESTÃO 50**

---

Com base no Título I do Código Penal – Da Aplicação da Lei Penal, toma-se como incorreto que:

- (A) Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- (B) Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- (C) Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora não decorrido o período de sua duração ou não cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (D) Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (E) Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

**PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL E QUESTÕES DISCURSIVAS**

- **ENUNCIADO DO PARECER:** No terceiro ano da legislatura, o Prefeito Municipal, com o intuito de obter maioria na Câmara, propôs projeto de resolução tendo como objeto aumento dos subsídios dos vereadores acima do índice inflacionário com efeitos retroativos ao início dos quatro anos do atual mandato vigente. Na condição de parecerista jurídico(a), discorra criticamente sobre o cabimento, ou não, da espécie normativa e de sua iniciativa, constitucionalidade e mérito da matéria, bem como competência para seu sancionamento/veto e promulgação.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	

58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	

92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

1. Na primeira semana de vigência contratual, a Câmara de Vereadores do Município Beta anulou, sem prévio contraditório, contrato administrativo que havia celebrado com a empresa XYZ tendo como objeto a construção do novo prédio que sediará suas atividades administrativas e legislativas. Considerando a propositura de ação indenizatória, pela empresa XYZ, buscando reparação em decorrência da mobilização para a obra, bem como pedindo o reconhecimento de lucros cessantes, indaga-se: a Câmara de Vereadores tem legitimidade passiva para responder à ação?

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

2. Diante da Lei nº 8.666/93, caso todos os licitantes sejam inabilitados ou desclassificados em um certame licitatório, é possível ofertar a possibilidade de escoimarem os vícios que levaram à sua inabilitação ou à desclassificação? Em caso afirmativo, qual o prazo a ser fixado pela Administração Pública?

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



3. Tendo em vista a recente reforma da Lei de Improbidade Administrativa, discorra sobre o marco inicial do cômputo do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

4. Discorra sobre o pagamento de custas e preparo no âmbito de ações populares, incluindo-se os casos de lide temerária.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	